

APRESENTAÇÃO

Em uma parceria estabelecida entre a AGB Marechal Cândido Rondon e o grupo de pesquisa NURBA: Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários, da UFT – Universidade Federal do Tocantins, a revista Geografia em Questão publica nesta edição um dossiê temático com o tema “*Geografia Território e Conflito na Região do Araguaia/Tocantins*”. Os artigos foram produzidos por pesquisadores ligados ao NURBA, recebidos, avaliados e aceitos por pareceristas *ad hoc*.

De igual modo, posteriormente, será publicado na revista Produção Acadêmica (ISSN - 2448-2757), revista editorada pelo referido grupo, um número organizado e avaliado por pesquisadores ligados a revista Geografia em Questão.

Este dossiê é composto por um conjunto de seis trabalhos científicos que além da temática central, possui como temas específicos: Movimentos sociais e luta pela terra; Desenvolvimento territorial e arranjos locais; Educação e Meio Ambiente.

O primeiro artigo é uma produção de Carolina Joly Moreira e Marcileia Oliveira Bispo. Com o título “*Educação ambiental no parque estadual do Cantão, Tocantins – uma experiência na transição entre o Cerrado e a Amazônia*”, o texto aborda a Educação Ambiental em escolas do entorno de unidades de conservação, por meio de revisão bibliográfica e um estudo de caso, em uma escola pública de Ensino Fundamental, do município de Caseara, vizinha ao Parque Estadual do Cantão. O estudo enfatiza a importância de reforçar o elo entre as áreas protegidas e suas respectivas comunidades de entorno, assegurando benefícios tanto para a gestão dessas áreas como para as próprias comunidades.

Na sequência, temos o artigo “*Da ilha de São José ao assentamento Mirindiba: a Geografia da luta camponesa a partir da implantação da usina hidrelétrica de Estreito*”, escrito por Delismar Palmeira Costa e Elizeu Ribeiro Lira. O artigo analisa a luta pela continuidade do modo de vida camponês, tomando por base a trajetória de famílias expulsas da Ilha de São José, em Babaçulândia (TO), como consequência da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Ainda que essas famílias passem por constantes dificuldades no novo território ocupado, o artigo aborda como elas lutam constantemente pela reprodução do seu modo de vida.

Dando continuidade, está o texto “*O campesinato na Amazônia Oriental a partir das concepções teóricas do socialismo: a gariperização do posseiro*”, autoria de Glibson Barbosa Sousa e Elizeu Ribeiro Lira. O artigo expressa como o campesinato se estrutura como classe social na Amazônia Oriental, a partir da metamorfose do posseiro em garimpeiro, e seu retorno à luta pela terra nos seios dos movimentos sociais. Processo atrelado as interposições do capital fundiário, com a monopolização do território em prol da acumulação de capital, a qual

manifesta ação de expropriação, de dominação e, conseqüentemente, de expulsão de membros de uma classe social.

Logo após, com a *“Terra de um, terra de vários: intersecções entre a terra de negócio e a terra de trabalho em Pequieiro – To”*, escrito por Lázaro Wandson de Nazaré Teles e Roberto de Souza Santos, temos uma análise do Assentamento Progresso no referido município, identificando-o como fração do território capitalista a partir das novas formas de produção e relações sociais de produção. Os resultados apontaram que a criação do assentamento marcou a transição da terra de negócio para a terra de trabalho, mas que após 2002 apontou no caminho da produção de matéria-prima (o leite) para a indústria e, conseqüentemente, criou-se uma relação antes não estabelecida, já que, os excedentes tinham em seus destinos principalmente as feiras da região e ao consumo de subsistência. Agora, a relação é de subordinação da produção camponesa a indústria, e se trata de venda do leite para os laticínios.

O penúltimo artigo da edição tem o nome de *“Sangue de peão, engorda de boi paulista”: a questão do trabalho escravo na região do Bico do Papagaio*”. Ele foi escrito por Patrícia Rocha Chaves. No artigo foram sistematizados e mapeados os variados tipos de conflitos que ocorrem na região. Também foram realizados trabalhos de campo, em comunidades camponesas, assentamentos de reforma agrária, territórios quilombolas e territórios indígenas em 24 municípios, considerados nos anos de 2011 a 2014 os mais densamente conflituosos e violentos.

O último artigo do dossiê, produzido por Elizeu Ribeiro Lira, é denominado *“A luta pela terra e a violência contra os posseiros na região de Porto Nacional – To: o protagonismo da CPT Araguaia/Tocantins sob a liderança do bispo Dom Celso de Almeida”*. O estudo apresenta uma análise histórica do que foi e como é a luta pela terra na região de Porto Nacional, a partir do conflito armado na Fazenda São João, no qual estiveram diretamente envolvidos, os posseiros e a CPT, seção de Porto Nacional, contra grileiros, pistoleiro e o Estado (INCRA, IDAGO). O conflito pela terra perdurou desde o final dos anos 70 até o final dos anos 80, quando aconteceu o conflito armado. A fazenda São João, hoje PA São João, está situada a cerca de 15 Km da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Estes são os seis textos que compõem o dossiê que é fruto de uma parceria entre a AGB Marechal Cândido Rondon e o NURBA (revistas Geografia em Questão e Produção Acadêmica). Agradecemos aos/as colegas do NURBA pela parceria, pelos pareceristas *ad hoc* e pelos autores/autoras. Tenham uma ótima leitura.

Comissão editorial